

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Amazonas Energia mais perto de ser privatizada

Veículo: A Crítica

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Tema do Dia

Página: A3

Amazonas Energia mais perto de ser privatizada

Com aprovação do Projeto de Lei que abre caminho para a venda das subsidiárias, Senado se preparar para debater proposta

ANTÔNIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Sem a presença da metade da bancada de deputados federais do Amazonas, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite da última quarta-feira (4), por 203 votos contra 123 e três abstenções, o texto-base do Projeto de Lei 10.332/18, do Poder Executivo, que viabiliza a privatização de seis subsidiárias da Eletrobras, inclusive a Amazonas Energia.

O texto aproveitou parte da Medida Provisória 814/17, que tinha o mesmo objetivo e que perdeu a validade sem ter sido votada nas duas Casas do Congresso Nacional. E a votação do PL 10.332 ainda não terminou. Ainda faltam dez destaques apresentados à matéria que ficaram de ser analisados na próxima semana. Terminada essa fase, o projeto de privatização das seis distribuidoras do Norte e Nordeste segue para o Senado.

Segundo a proposta, devem ser privatizadas: Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron); Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Companhia de Energia do Piauí (Cepisa); e Boa Vista Energia.

Entre os 123 votos contrários à privatização estavam quatro dos oito deputados federais do Amazonas: Átila Lins (PP-AM), Conceição Sampaio (PSDB-AM), Paoderney Avelino (DEM-AM) e Professor Gedeão Amorim (MDB-AM). Os outros quatro parlamentares da bancada - (Alfredo Nascimento (PR-AM), Arthur Bisneto (PSDB-AM), Hissa Abrahão (PDT-AM) e Silas Câmara (PRB-AM) - estavam ausentes.

"Votei contra o projeto, de privatização, especialmente da Amazonas Energia, porque entendo que a venda é prejudicial à população. Todo mundo fala que empresa estatal é deficitária e o setor o privado, quando faz um investimento, quer lucro. Quem vai pagar essa conta no futuro, certamente é a população que já tem uma tarifa altíssima", declarou a deputada Con-

Em números		
#		
6	150	13,93
distribuidoras do Norte e Nordeste podem ir à leilão no dia 26 de julho, segundo edital do BNDES. O pregão está marcado para as 10h na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).	bilhões de reais é o valor da transação com a venda das ações das distribuidoras, somado ao valor estimado da concessão. O maior valor é da Amazonas Energia: R\$ 51,8 bilhões.	Bilhões de reais é o valor dos prejuízos acumulados da Amazonas Energia até 31 de dezembro de 2016. Naquela data, o patrimônio líquido da empresa era negativo em R\$ 9,33 bilhões.
ceição Sampaio.	cias jurídicas que podem afastar investidores do leilão da venda das seis distribuidoras (previsto para 26 de julho) e proporcionar atratividade para as empresas.	As subsidiárias enfrentam uma série de problemas financeiros e operacionais; estão entre as de pior desempenho do País, segundo a Agência Nacional de
PROBLEMAS FINANCEIROS De acordo com governo, o objetivo do projeto é resolver pendên-		

Energia Elétrica (Aneel) e que atuam em mercados de menor potencial econômico.

O relator, deputado Julio Lopes, afirmou que essas empresas hoje são deficitárias, acumulam prejuízos e dívidas bilionárias, o que levou a Eletrobras a optar pela não renovação de suas concessões de distribuição e pela privatização ou liquidação de suas distribuidoras. “Estima-se que a Eletrobras já perdeu cerca de R\$ 31 bilhões com essas empresas, sem perspectiva de recuperação, e a continuidade dos prejuízos comprometerá seriamente seus investimentos em geração e transmissão, atividades para as quais a companhia foi criada”, afirmou.

Saiba mais

>> Preço simbólico

Em fevereiro, a Eletrobras determinou a venda de cada distribuidora pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, com a assunção das dívidas das seis empresas pela estatal. A Eletrobras alega que o leilão é vantajoso porque a ineficiência das empresas tornou a concessão inviável do ponto de vista jurídico e econômico. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que conduz a modelagem do processo de privatização, as seis distribuidoras atendem mais de 13 milhões de habitantes, em uma área de aproximadamente 2,46 milhões de km² (29% do território nacional).

Governo vê vantagens ao AM

Na justificativa do projeto, o governo diz que ele permite harmonizar os prazos da outorga das usinas termelétricas com o prazo da outorga da prestação de serviço de infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural. O objetivo é conciliar os contratos de venda de energia firmados pela usina termelétrica Mauá 3 (que vão até 2042) com o prazo de outorga do gasoduto Urucu-Coari-Manaus (que vai até 2030).

Essa diferença, segundo o governo, pode inviabilizar o fornecimento de energia para o Amazonas. Na prática, a ter-

melétrica poderá antecipar a eletricidade que entregaria entre 2030 e 2042. O projeto também prorroga, de 2018 para 2019, o prazo para o governo destinar R\$ 3,5 bilhões para cobrir as despesas das termelétricas dos sistemas isolados com a compra de combustível. Isso é um requisito considerado essencial para tornar as quatro distribuidoras da região Norte atrativas. O combustível é fornecido pela Petrobras. Nos últimos anos, as distribuidoras acumularam uma grande dívida com a estatal, que a Eletrobras vem renegociando.

Blog

“Omar Aziz Senador (PSD). Coordenador da bancada do AM”

“A bancada do Amazonas é contra. Praticamente todos são contra. No Senado, dificilmente irá passar. O Senado é uma casa mais igualitária, são três senadores por Estado. O que o Governo Federal quer hoje é privatizar o filé e deixar a carne de pescoço para os outros. Caso seja privatizada no Amazonas, as pessoas não terão condições de pagar a conta de energia no interior do Amazonas. E você não terá condições de pagar. Fomos apunhalados pelo Temer, pelo Secretário da Receita Federal e pelo ministro da Fazenda. Se realmente passar a privatiza-



ção para as distribuidoras de energia, teremos à frente uma conta mais salgada. Não sou contra a privatização de outras coisas, mas da privatização em relação à energia, sim. Não temos condições de pagar o preço real. Todos os dias subirá o diesel e, conseqüentemente, a conta de energia”.

Bancada se posiciona contrária

Quando o PL 10.332/18 chegar ao Senado, a bancada amazonense promete mobilizar os 48 senadores do Norte e Nordeste - que correspondem a quase 60% do Senado - para barrar a proposta de venda das distribuidoras do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. "Essa aprovação a toque de caixa na Câmara do Deputados, foi mais um ataque contra o Amazonas. Temer e sua base querem vender a qualquer preço a Amazonas Energia, mesmo que isso signifique um aumento brutal das tarifas", disse ontem a senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM).

Para o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto não deve chegar ao Senado neste semestre por conta dos dez destaques que ainda faltam ser votado. "Essas emendas são as mais polêmicas, como a exclusão de concessionárias da proposta". Além disso, tem a liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu a venda do controle acionário de quaisquer empresas estatais sem autorização prévia do Poder Legislativo", explicou o senador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Embraer vendida por US\$ 4,7 bi para Boeing

Veículo: A Crítica

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Geral

Página: A9

JOINT VENTURE

Embraer vendida por US\$ 4,7 bi para Boeing

Grupo americano vai gerenciar parte de aviação comercial da empresa brasileira

WASHINGTON (APF) - A americana Boeing vai assumir o controle das atividades civis da brasileira Embraer, com a formação de uma joint venture avaliada em 4,75 bilhões de dólares, que vai lhe permitir concorrer com a europeia Airbus no setor de aeronaves regionais.

O novo grupo, de capital fechado, será controlado em 80% pela Boeing, e os 20% restantes ficarão com a Embraer.

O grupo americano vai gerenciar as "atividades da Embraer no setor da aviação comercial e de serviços", indica um comunicado conjunto dos novos sócios.

O acordo final será submetido à aprovação do governo brasileiro - que dispõe de uma "golden share", a qual dá poder de veto a Brasília em questões estratégicas da Embraer.

As duas empresas "vão se posicionar para oferecer um portfólio completo de aviões comerciais altamente comple-

Saiba mais

>> Opinião

O governo federal decidiu que só vai analisar o negócio após outubro, quando já estiver definido o novo presidente da República. Entre outras questões, a precaução visa evitar que a parceria Embraer-Boeing seja motivo de polêmica durante a campanha eleitoral.

mentar (de 70 a mais de 450 assentos)", segundo o comunicado conjunto divulgado.

A transação, que acontece depois de inúmeras especulações, vai permitir à Boeing completar seu portfólio com aparelhos com uma capacidade de até 150 assentos.

O protocolo de acordo foi anunciado ontem, poucos dias depois de a Airbus selar uma aliança com a canadense Bom-

bardier para fabricar aviões de médio alcance C Series, concorrentes da Embraer.

A sede da empresa ficará nas instalações da Embraer em São José dos Campos, São Paulo, mas "o controle operacional e de gestão da nova empresa" estará sob supervisão direta do CEO da Boeing, Dennis Muilenburg, afirma o texto divulgado.

"A combinação de negócios com a Boeing deverá gerar um novo ciclo virtuoso para a indústria aeroespacial brasileira, com maior potencial de vendas, aumento de produção, geração de emprego e renda, investimentos e exportações, agregando maior valor para clientes, acionistas e empregados", garantiu o presidente da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva, em nota.

A expectativa é que a associação seja contabilizada a partir do começo de 2020 no capital da Boeing.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Nova greve é anunciada

Veículo: A Crítica

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: C2

TRANSPORTE COLETIVO

Rodoviários dizem que os salários estão atrasados e denunciam manobra para calote

Nova greve é anunciada

SILANE SOUZA

silane@acritica.com

Os rodoviários ameaçam paralisar 70% da frota do sistema de transporte coletivo de Manaus, a partir de terça-feira da semana que vem, se as empresas não regularizarem o pagamento dos trabalhadores. A informação foi dada, ontem, pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Coletivos Urbanos e Rodoviários de Manaus e Região Metropolitana (STTRM), Givancir Oliveira.

De acordo com ele, os rodoviários estão trabalhando sem receber salário, refeição, vale lanche, cesta básica e férias. Além disso, o plano de saúde da categoria está na iminência de ser cortado e há excessos de justa causa. "Nós não temos mais dia para receber nada, nem previsão. Se não fosse pela população nós íamos parar hoje (ontem), mas em respeito a ela nós vamos dá até segunda-feira de prazo para que essa situação seja regularizada", disse Oliveira.

O sindicalista pediu que o prefeito Artur Neto intervenha junto aos empresários do setor, que estão irredutíveis. "Eles estão sucateado o transporte coletivo para de-

pois abrir falência e a prefeitura não está atenta para isso. Os prejuízos serão ainda maiores", apontou.

Givanci afirmou que tem empresas se preparando para ir embora, dentre elas Açai, Líder, Via Verde e Global Green. "Nós estamos vendo à hora de chegar para trabalhar e encontrar só os ônibus velhos. As empresas vão

dar calote nos trabalhadores".

O presidente do STTRM disse ainda que denunciou a situação o Ministério Público do trabalho, ao Tribunal de Justiça, mas infelizmente os órgãos não podem interferir na administração das empresas e, com isso, a categoria não vai ficar de braços cruzados. "Já fizemos assembleia e a greve

está legalizada. Esperamos que até lá a prefeitura possa nos ajudar a resolver esse impasse e evitar que o sistema pare".

A CRÍTICA entrou em contato com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetram), mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Maior greve da história fez um mês

Na última quarta-feira completou um mês do fim da maior greve dos rodoviários da história em Manaus.

O movimento paredista só terminou após a população se revoltar e começar a depredar ônibus, nas proximidades do Terminal de Integração 4, na Zona Norte, e depois da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Eleonora Saunier, encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF/AM) ofício com pedido de providências contra o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbano Coletivos de Manaus e no Amazonas (STTRM). Foram 61 ônibus depredados, mais de 2,1 milhões de pessoas prejudicadas com os sete dias de greve em Manaus e R\$ 5 milhões em prejuízos às empresas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Moradores do Viver Melhor 3 ficam isentos de ITBI e IPTU

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 05.07.18

Caderno: Economia

Página: 09

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Moradores do Viver Melhor 3 ficam isentos de ITBI e IPTU

PREFEITURA

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, oficializou, ontem, a isenção do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo período de cinco anos, a contar da data da posse, aos moradores do Residencial Viver Melhor 3, localizado no bairro Monte das Oliveiras, zona norte.

A ação é garantida pela Lei Municipal nº 1441/2010, que estende o benefício de isenção fiscal, no âmbito dos tributos municipais, a beneficiários de habitação de interesse social em Manaus.

As certidões de isenções foram entregues para 2 mil famílias residentes no Viver Melhor 3.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Proporção de famílias com dívidas cai para 58%, em junho

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 10

Proporção de famílias com dívidas cai para 58%, em junho

Pesquisa Embora represente mais da metade das famílias brasileiras, o percentual é menor ao registrado, em maio desse ano (59,1%) e junho de 2017 (59,4%)

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A quantidade de famílias com dívidas recuou, em junho ante maio, na terceira queda seguida, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada, ontem, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O percentual de famílias com dívidas foi de 58,6% dos entrevistados em junho, ante 59,1% em maio. Houve redução também na comparação com junho de 2017, quando o indicador alcançou 59,4% do total de famílias.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas diminuiu em relação a maio, passando de 13,4% para 13,0% do total de famílias entrevistadas. Na comparação anual, a queda foi de 1,4 ponto percentual.

A queda no percentual de famílias com dívidas foi acompanhada de recuo na inadimplência. A proporção das famílias com dívidas ou contas em atraso passou de 24,2% em maio para 23,7% em junho. Na

comparação anual, houve redução de 1,9 ponto percentual.

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar as contas ou dívidas em atraso - o que, segundo a CNC, indica que seguirão

inadimplentes -, passou de 9,9% em maio para 9,4% em junho. Em junho de 2017, esse percentual estava em 10,1%

Segundo a pesquisa, 32,9% das famílias possuem dívidas por mais de um ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Proporção de famílias com dívidas cai para 58%, em junho

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

adorno: Economia

Página: 10

Mais da metade dos municípios do AM têm bairros em invasão

IBGE Dos 62 municípios amazonenses, cerca de 30% não tinham nenhuma estrutura responsável pelas políticas de moradia, em 2017, no Amazonas

Gisele Rodrigues

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Mais da metade (59%) dos municípios amazonenses têm bairros em área de invasão. Característica de cidades com mais de 500 mil habitantes, no Amazonas, 56% das cidades têm a presença de favelas. Os dados são do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017), divulgados nesta quinta-feira, 5, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa ainda divulgou informações para a formulação de políticas públicas nas áreas de meio ambiente, transporte, gestão de riscos, serviço público e agropecuária, que entrou no levantamento no ano passado.

A pesquisa fez um retrato dos maiores problemas de moradia verificados nas cidades de todo País. Enquanto no Amazonas 59% dos municípios informaram a presença de loteamentos irregulares, ou clandestinos, as conhecidas invasões; as palafitas, favelas ou outras agrupações semelhantes também faziam parte da estrutura de habitação de 56% das cidades amazonenses. Em 18% existiam, ainda, ocupações de terrenos ou pré-

dios por movimentos sociais que reivindicam moradia, 5% a mais que a média brasileira. Em 19,3% foi registrada, também, a presença de cortiços e casas de cômodo. "As prefeituras se organizam para atender, e formular e implementar políticas nas diversas áreas que a gente investiga desde 1999", explicou a coordenadora de população e indicadores do IBGE, Bárbara Cobo.

Dos 62 municípios amazonenses, 30% não tinham nenhuma estrutura responsável pelas políticas de moradia, em

2017, no Estado. Dos 44 que tinham secretaria para este fim, mais da metade era administrado por um gestor sem Ensino Superior e apenas 37% dos municípios tinham um Plano Municipal de Habitação, uma exigência para que as cidades acessem os recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Os dados são do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017), divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa mostrou, tam-

bém, que apenas 15 cidades do Amazonas têm uma integração entre o Plano Municipal de Habitação e o Plano Diretor Municipal, responsável por definir a política de expansão urbana, segundo informou o IBGE.

Ao todo, 72% dos municípios informaram na pesquisa que não tinham Conselho Municipal de Habitação. Das 17 cidades que tinham conselho, nove foram considerados inativos porque nos 12 meses que antecederam a pesquisa, a entidade não tinha se reunido sequer uma vez.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Ações noturnas de recapeamento são reforçadas em Manaus

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 05.07.18

Caderno: Cidades

Página: 12

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Ações noturnas de recapeamento são reforçadas, em Manaus

Divulgação/Semint



Obras A Avenida Carvalho Leal é uma das vias contempladas

INFRAESTRUTURA

Um dos principais corredores viários do bairro Cachoeirinha, na zona sul, a Avenida Carvalho Leal, começou a receber os serviços do Plano de Obras de Verão da Prefeitura de Manaus. Aproximadamente 2,5 quilômetros da via receberão as ações de recapeamento e revitalização. O trabalho vai incluir, ainda, cuidados nos canteiros centrais, pintura e sinalização, além de poda das árvores, limpeza e substituição das luminárias pelas de LED.

Além da zona sul, bairros como Armando Mendes, na zona leste, Monte Pascoal, na zona norte, e Tarumã, na zona oeste, também estão recebendo os serviços de recuperação da infraestrutura de suas vias. De acordo com o secretário de Infraestrutura do município, Kelton Aguiar, a ação será levada a outros grandes corredores da cidade dentro do Plano Obras de Verão.

“A proposta do prefeito Arthur Virgílio Neto é reforçar o trabalho de recapeamento, fazendo ações paralelas aos serviços de mutirão de tapa-buraco que estão sendo realizados dentro dos bairros. Queremos levar infraestrutura ao máximo de localidades”, destacou Kelton.

Na Avenida Carvalho Leal, na Cachoeirinha, e nas avenidas Contorno Norte e Antenor Cavalcante, no Armando Mendes, os trabalhos estão na fase da fresagem, etapa de retirada do antigo asfalto para realizar toda a regularização da base da avenida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais de 50% das cidades do AM têm bairros em 'Invasões'

Veículo: Dez Minutos

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: 03

Mais de 50% das cidades do AM têm bairros em 'invasões'

PERFIL Mais da metade (59%) dos municípios amazonenses têm bairros em área de invasão. Característica de cidades com mais de 500 mil habitantes, no Amazonas, 56% das cidades têm a presença de favelas. Os dados são do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017), divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa ainda divulgou informações para a formulação de políticas públicas nas áreas de meio ambiente, transporte, gestão de riscos, serviço público e agropecuária que entrou no levantamento no ano passado.

A pesquisa fez um retrato dos

maiores problemas de moradia verificados nas cidades de todo o País. Enquanto no Amazonas 59% dos municípios informaram a presença de loteamentos irregulares e ou clandestinos, as conhecidas invasões; as palafitas, favelas ou outras agrupações semelhantes também faziam parte da estrutura de habitação de 56% das cidades amazonenses. Em 18% existiam ainda ocupações de terrenos ou prédios por movimentos sociais que reivindicam moradia, 5% a mais que a média brasileira. Em 19,3% foi registrada também a presença de cortiços e casas de cômodo.

"As prefeituras se organizam

para atender, e formular e implementar políticas nas diversas áreas que a gente investiga desde 1999", explicou a coordenadora de população e indicadores do IBGE, Bárbara Cobo.

Dos 62 municípios amazonenses, cerca de 30% não tinham nenhuma estrutura responsável pelas políticas de moradia, em 2017, no Estado. Dos 44 que tinham secretaria para este fim, mais da metade era administrado por um gestor sem Ensino Superior e apenas 37% dos municípios tinham um Plano Municipal de Habitação, uma exigência para que as cidades acessem os recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Ações noturnas de asfaltamento estão sendo reforçadas

Veículo: Dez Minutos

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: 04

Ações noturnas de asfaltamento estão sendo reforçadas

OBRAS DE VERÃO Um dos principais corredores viários do bairro Cachoeirinha, na zona sul, a Avenida Carvalho Leal, começou a receber os serviços do Plano de Obras de Verão da Prefeitura de Manaus. Aproximadamente 2,5 quilômetros da via receberão as ações de recapeamento e revitalização. O trabalho vai incluir, ainda, cuidados nos canteiros centrais, pintura e sinalização, além de poda das árvores, limpeza e substituição das luminárias pelas de LED.

Além da zona sul, bairros como Armando Mendes, na zona leste, Monte Pascoal, na zona norte e Tarumã, na zona oeste, também estão recebendo os serviços de recuperação da infraestrutura de suas vias.

De acordo com o secretário de Infraestrutura do município, Kelton Aguiar, a ação será levada a outros grandes corredores da cidade dentro do Plano Obras de Verão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Distratos são pesadelo da indústria da construção

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 05.07.18

Caderno: Negócios

Página: B2

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Desistência da compra de imóveis aumentou 53% em quatro anos

Distratos são pesadelo da indústria da construção

Na empreitada para a aprovação de uma lei para disciplinar a desistência da compra de imóveis novos, a equipe econômica divulgou um estudo sobre o distrato no Brasil. O levantamento mostra que número de negócios desfeitos aumentaram 53% de 2012 a 2016 por causa da crise econômica dos últimos anos. Foram mais de 24 mil desistências nesses anos. Isso aumenta a imprevisibilidade, encarece os custos e prejudica, principalmente, a população de baixa renda a

conquistar a casa própria.

A possibilidade de a construtora ter de ir à Justiça para conseguir o imóvel de volta eleva o custo do financiamento dos incorporadores junto aos bancos e, conseqüentemente, encarece o financiamento para os clientes. Sem dar números do impacto no preço, a Secretaria de Promoção da Concorrência do Ministério da Fazenda diz que essas incertezas impedem ainda a precificação adequada e fazem com que os financiadores sejam conservadores e cobrem juros mais altos. Além disso, reduz a oferta dos imóveis,

“Esse quadro de incertezas para consumidores e empreendedores tem gerado, como esperado, conseqüências negativas para o investimento e o emprego no setor imobiliário”, conclui a Fazenda. “Em alguns casos, os distratos chegaram a representar, em 2016, quase 50% dos recebíveis dos incorporadores de capital aberto, o que evidencia seu impacto brutal sobre não só as receitas das empresas, mas também sobre o financiamento das obras”.

Segundo os técnicos, a crise econômica e a alta do desemprego reduziram a capacidade de pagamento de muitos compradores e aumentaram o número de devoluções. Nos anos de crescimento econômico, várias pessoas compraram imóveis como forma de investir o dinheiro. No en-

tanto, com uma legislação mais favorável aos consumidores do que às empresas, quando o negócio não dá lucro, os compradores devolvem o imóvel com baixo custo. Isso interfere nas finanças do empreendimento e atrasa obras. Atualmente, a lei não estipula parâmetros de multa, de retenção de valores pagos, ou de prazos para restituição.

Para a Fazenda, está claro que o distrato tem relação com os investimentos em imóveis feitos por pessoas de renda mais alta. O nível de desistência no programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, é bem mais baixo.

Entre 2012 e 2016, o número de empregos na Construção Civil caiu 30%. Foi o segmento da economia mais afetado pela crise econômica. O setor de Serviços, por exemplo, cresceu cerca de

3,5% no período.

Segundo a Fazenda, o baque na construção não tem relação com um “suposto aquecimento extravagante” antes de 2014, mas com outros múltiplos fatores, entre eles o distrato.

Experiência internacional
Para defender a Lei do Distrato, que já foi aprovada pela Câmara e está no Senado, a Fazenda fez várias comparações internacionais. Mostrou que no Brasil, não há uma punição específica para quem desiste da compra do imóvel na planta. Em vários países como México, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Reino Unido, França e Itália, o comprador perde 100% do que pagou. E na maioria desses países, a pessoa ainda pode ser processada pela empresa para ser obrigado a ficar com o bem.

Para a construtora ter de ir à Justiça para conseguir o imóvel de volta eleva o custo do financiamento dos incorporadores

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Novo material vai alçar a energia solar

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 05.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Go future

Página: B3

Novo material vai alçar a energia solar

Após o isolamento do grafeno, em 2004, iniciou-se uma corrida para se conseguir sintetizar novos materiais bidimensionais—como são chamados materiais com espessura de um átomo até alguns poucos nanômetros (da bilionésima parte do metro). Tais materiais possuem propriedades únicas ligadas à sua dimensionalidade e podem ser protagonistas do desenvolvimento da nanotecnologia e da nanoengenharia.

Um grupo internacional, com a participação de pesquisadores vinculados à Unicamp

(Universidade Estadual de Campinas), conseguiu dar origem a um novo material com essas características.

Os cientistas conseguiram extrair de um minério de ferro comum, como os explorados por muitas mineradoras no Brasil, um material chamado hemateno, que tem três átomos de espessura

e propriedades fotocatalíticas incomuns.

O novo material foi descrito em um artigo publicado na revista Nature Nanotechnology. A pesquisa foi feita no CECC (Centro de Engenharia e Ciências Computacionais)—um dos CEPIDs (Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão) apoiados pela Fapesp—e em um estágio de pesquisa no exterior, realizado também com Bolsa da Fapesp.

“O material que sintetizamos pode atuar como fotocatalisador—para dividir a água em hidrogênio e oxigênio—e permitir a geração de

energia elétrica a partir de hidrogênio, por exemplo, além de ter diversas outras aplicações”, disse Douglas Soares Galvão, pesquisador do CECC e um dos autores do estudo, à Agência Fapesp.

O novo material foi extraído da hematita—mineral que é a principal fonte de ferro e o mais comum, barato e importan-

te dos metais, usado em vários produtos, principalmente ao ser transformado em aço.

Ao contrário do carbono e de sua forma bidimensional (grafeno), a hematita é um material não van der Waals, como se chamam aqueles mantidos unidos por redes de ligações tridimensionais, em vez de interações atômicas não covalentes—em que não há

compartilhamento de um ou mais pares de elétrons entre os átomos participantes na ligação—e, comparativamente, mais fracas do que as dos materiais van der Waals.

Por ser um mineral que ocorre naturalmente, ser um material não van der Waals e ter cristais grandes e altamente orientados, os pesquisadores levantaram a

hipótese de que a hematita poderia atuar como um excelente precursor para obtenção de um novo material bidimensional não van der Waals.

“A maioria dos materiais bidimensionais sintetizados até hoje foi derivada de amostras de sólidos de van der Waals. Materiais bidimensionais não van der Waals, com camadas

atômicas altamente ordenadas e grãos grandes, ainda são raros”, disse Galvão.

A fim de obter a partir da hematita um material com tais características—o hemateno—, os pesquisadores utilizaram a técnica de esfoliação líquida em um solvente orgânico, a N-dimetilformamida (DMF). Por meio de microscopia eletrônica de transmissão, eles conseguiram confirmar a esfoliação e a formação do hemateno em folhas soltas de três átomos de ferro e de oxigênio (monocamada) e em folhas soltas empilhadas aleatoriamente (bicamada).

Com ensaios e cálculos matemáticos foram estudadas as propriedades magnéticas do hemateno. Por meio desses cálculos e testes, os pesquisadores descobriram que as propriedades magnéticas do hemateno diferem daquelas da hematita.

Enquanto a hematita é tipicamente antiferromagnética—seus dipolos magnéticos estão dispostos antiparalelamente—, os testes mostraram que o hemateno é ferromagnético, como um ímã comum. “Nos ferromagnetos, os momentos magnéticos dos átomos apontam na mesma direção. Nos antiferromagnetos, os momentos nos átomos adjacentes se alternam”, explicou Galvão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Em Manaus, Ipea destaca 18 megatendências para o Brasil

Veículo: Portal Amazônia

Data: 04.07.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://portalamazonia.com/noticias/em-manaus-ipea-destaca-18-megatendencias-para-o-brasil>

Em Manaus, Ipea destaca 18 megatendências para o Brasil

Entre as megatendências estão mudanças demográficas e crescimento da demanda por energia

Redação
jornalismo@portalamazonia.com
Publicado em 05.07.2018 09:02
Atualizado em 05.07.2018 09:03

O estudo 'Brasil 2035 – Cenários para o Desenvolvimento', do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), prevê quatro cenários para o País em 2035. As análises incluem, ainda, **18 megatendências**, entre elas mudanças demográficas e crescimento da demanda por energia. Os resultados do estudo foram apresentados nesta quarta-feira (4), em Manaus. Empresários da capital querem desenvolver um estudo semelhante para a cidade.

Maurício Fleury Curado, coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Perspectivos da Diretoria de Estudos e Relações do Ipea, apresentou os resultados do estudo na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), durante evento promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Manaus (CODESE Manaus), entidade que busca contribuir com o planejamento da capital em 20 anos.

Conforme o Ipea, o estudo 'Brasil 2035 – Cenários para o Desenvolvimento' tem o objetivo de "identificar elementos que subsidiem a formulação de estratégias de desenvolvimento para o Brasil". A intenção era produzir subsídios que contribuam para a tomada de decisão e a formulação de estratégias de longo prazo.

Entre as 18 megatendências para os próximos anos estão a manutenção das mudanças demográficas, que, segundo Curado, vão causar impactos nas políticas públicas, especialmente nas relacionadas à Previdência. "O que nós temos é uma quantidade maior de pessoas que, no futuro, serão afetadas por uma quantidade menor de pessoas para sustentá-las. Os mais velhos serão mais numerosos e os que os sustentarão serão menos. Isso é um perigo para o sistema previdenciário de uma maneira geral", destacou, recomendando que a população reduza o consumo e poupe para a velhice.

O estudo cita, ainda, o crescimento da demanda por energia. Para o pesquisador, o Brasil é referência em modelo energético por ter buscado fontes não usuais. "A matriz energética brasileira já é bem mais sustentável que a grande maioria das matrizes energéticas dos outros países, que usam ainda muito carvão mineral, muito petróleo. Nós temos, por exemplo, a energia hidroelétrica, que é uma energia mais limpa com uma participação muito relevante na nossa matriz energética. Esse protagonismo do Brasil com relação à política energética já ocorre há alguns anos e pode continuar ocorrendo porque o Brasil tem se preocupado, sim, na descoberta e no uso de novas fontes. A energia eólica ainda é incipiente, mas cresce a taxas muito altas mesmo, do mesmo modo que a energia fotovoltaica (solar)", explicou.

Amazônia

Duas megatendências têm relação direta com a região amazônica. De acordo com Maurício Fleury Curado, o estudo indicou que poderá haver aumento das tensões nacionais e internacionais pelo uso e conservação de recursos naturais e aumento da pressão (nacional e internacional) sobre os recursos hídricos.

“O desafio é perceber o valor da água, a importância que ela terá cada vez mais daqui pra frente, e conseguir fazer um ajuste com relação aos seus usos múltiplos. A água serve para tudo. Ela é uma grande fonte de insumo para a agricultura, para a indústria, para as famílias. É fundamental que haja um arranjo de forma que seja possível que todos possam ou, em certa parte pelo menos, possam ter acesso à água. O uso sustentável, o manejo da água, é uma questão fundamental para o desenvolvimento e para a sustentabilidade de uma população, até de uma nação”, disse.

O representante do Ipea destacou que o estudo contou com a contribuição de militares, que destacaram a importância da Amazônia. “Essa participação (dos militares) se refletiu num espaço mais destacado que normalmente a Amazônia não tem em outros estudos. Não é apenas a biodiversidade, não é apenas a diversidade étnica e cultural, não é apenas a disponibilidade de água, não é apenas o potencial de recursos naturais, minerais. É todo esse conjunto e o próprio espaço físico que é muito relevante para o País, até mesmo em termos geopolíticos”, ressaltou.

O professor José Alberto, que é conselheiro no CODESE Manaus, foi um dos especialistas ouvidos durante a pesquisa realizada pelo Ipea. “O estudo é um grande guarda-chuva para quem quiser fazer qualquer planejamento no Brasil, seja de Manaus, de Belém, de onde for. A gente pode fazer projeções de cenários, pensamento de longo prazo sem ser apenas na base do ‘eu acho’ ou na base de uma lista de intenção, de uma lista de ideias. Nós podemos usar ferramentas técnicas, recursos metodológicos fundamentados cientificamente para trazer à tona tudo isso que, de fato, é relevante para o futuro de uma comunidade, de um estado, de uma sociedade como nós aqui no Amazonas”, afirmou.

De acordo com o presidente do conselho, Antonio Azevedo, a instituição está buscando uma parceria com o Ipea, para desenvolver um estudo semelhante, com foco em Manaus. “Nós vamos ter uma conversa com o Maurício para ver uma forma de viabilizar esse trabalho que foi feito a nível nacional, fazer localmente, olhar os possíveis cenários para o Amazonas em 2038, já pensando 20 anos na frente. Esse vai ser um grande desafio. Se nós conseguirmos, junto com a universidade, junto com todos aqueles que participaram aqui, que estão muito interessados, viabilizar vai ser uma grande conquista para Manaus”, destacou.

CODESE Manaus

O conselho surgiu a partir do projeto 'O Futuro da Minha Cidade (FMC)', uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) que está em desenvolvimento em 23 cidades do País, incluindo a capital do Amazonas.

O CODESE Manaus é inspirado no CODEM – criado na cidade de Maringá, Paraná, em 1996, para planejar o município. A ideia surgiu com o Silvio Barros, ex-prefeito de Maringá.

As discussões para a implantação do projeto na capital começaram em 2016 com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (ADEMI-AM).

Atualmente, o CODESE já conta com presidente e vice, além de um grupo de conselheiros que se reúnem semanalmente para traçar estratégias de desenvolvimento econômico e social para Manaus. O projeto também vem sendo apresentado a representantes de instituições públicas e privadas.

O objetivo do conselho é contribuir com o planejamento da capital em 20 anos, em conjunto com a sociedade civil organizada e o poder público.



Cenários

Com os resultados do estudo, o Ipea prospectou quatro cenários fictícios para o Brasil daqui a 17 anos. A ideia é identificar que caminho o País poderá trilhar até 2035 para construir um ambiente desenvolvido, com uma sociedade mais livre, justa e solidária em 2100. O primeiro deles seria o cenário 'Vai levando', com permanência da cultura de curto prazo. Nesse cenário, o Estado age de forma reativa e desordenado, respondendo apenas a pressões emergenciais.

No cenário 'Crescer é o lema', os governos priorizam o crescimento econômico, mas as riquezas não foram distribuídas a todos. A dívida social, deixada em segundo plano, provocaria tensões sociais.

O Ipea chama o terceiro cenário fictício de 'Novo Pacto Social', em que sucessivos governos priorizam a dívida social, o que provoca o crescimento moderado da economia. No entanto, os investimentos seguiriam focados em setores tradicionais sem espaço para inovação.

O quarto cenário é chamado de 'Construção'. Nesse ambiente, 2035 será um ano em que o Brasil avançou de forma lenta, conciliando políticas econômicas e sociais e se utilizando de uma estratégia de crescimento sustentável. Isso seria resultado de acordos firmados e do planejamento de longo prazo. Haveria coordenação duradoura entre os investimentos públicos e privados, "na construção das bases de uma sociedade mais dinâmica e inovadora".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Ibovespa opera perto da estabilidade e dólar está na casa de R\$ 3,94

Veículo: Valor Econômico

Data: 06.07.18

Caderno: Finanças

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.valor.com.br/financas/5643029/ibovespa-opera-perto-da-estabilidade-e-dolar-esta-na-casa-de-r-394>

06/07/2018 às 11h25

Ibovespa opera perto da estabilidade e dólar está na casa de R\$ 3,94

Por Victor Aguiar | Valor



SÃO PAULO - O Ibovespa apresenta volatilidade no fim da manhã desta sexta-feira, em meio à cautela dos investidores estrangeiros e ao noticiário corporativo que influencia algumas ações.

Às 11h23, o Ibovespa subia 0,04%, aos 74.581 pontos. O giro financeiro do índice estava em R\$ 1,59 bilhão, o que indica que a sessão deverá ter um baixo volume de negociações. No câmbio, o dólar comercial ganhava 0,38%, para R\$ 3,9468, após bater R\$ 3,9530 na máxima.

Os temores de intensificação na guerra comercial entre Estados Unidos e China fazem com que os investidores apresentem uma postura mais defensiva. Hoje, começam a valer as tarifas impostas pelo governo Trump a uma lista de produtos chineses -- Pequim já disse que retaliará a medida.

Nesse contexto, os bancos aparecem como principais veículos de saída dos investidores estrangeiros: Banco do Brasil ON cedia 1,21% e Bradesco PN recuava 0,89%; Itaú Unibanco PN avançava 0,77%.

Subiam Petrobras PN (+0,45%), Petrobras ON (+0,45%) e Vale ON (+0,97%). Na outra ponta, Embraer ON perdia 4,37%, dando continuidade às quedas do dia anterior, em meio à parceria firmada pela empresa com a Boeing.

(Victor Aguiar | Valor)

Mais notícias

Migalhas

[JT/SP: Contribuição sindical facultativa da reforma trabalhista é constitucional](#)

Valor Econômico

[Após venda de distribuidoras, Eletrobras quer voltar a leilões](#)

Amazonas atual

[Metalúrgicos vão cobrar do governo veto para impedir venda da Embraer](#)

Correio do Brasil

[Na situação atual do Brasil, é melhor comprar apartamento na planta, usado ou alugar?](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)